

EDITAL

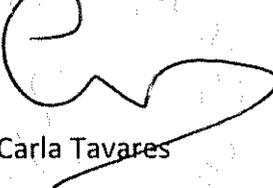
CARLA MARIA NUNES TAVARES, Presidente da Câmara Municipal da Amadora, faz público, que nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, do Anexo I a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º e alíneas o) e u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e ao abrigo do disposto na Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, bem como no Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01 de outubro na sua atual redação, foi celebrado o Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município da Amadora e o Clube de Natação da Amadora, o qual se encontra disponível em "www.cm-amadora.pt/municipio/editais-avisos-comunicados/contratos-programa-ed" para consulta.

Para constar e para os devidos efeitos, se lavra o presente edital e outros de igual teor, que vão ser publicitados nos lugares de estilo.

E eu, , Técnica Superior de Direito da Divisão de Gestão Administrativa e Contratação, por subdelegação de competências da Chefe da Divisão de Gestão Administrativa e Contratação, Despacho n.º 01/CDGAC/2019, de 20/12, publicado na Separata n.º 29, Boletim Municipal de 23 de dezembro de 2019, o subscrevi.

Amadora, 22 de dezembro de 2020

A Presidente,



Carla Tavares



CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

Considerando, que:

- a) Desde 30 de janeiro de 2020 que existe uma situação de emergência de saúde pública de âmbito internacional, declarada pela Organização Mundial de Saúde, devido ao vírus SARS-Cov-2, responsável pela doença COVID-19, e que a 11 de março de 2020, foi declarado o estado de pandemia;
- b) Foi declarado o estado de emergência pelo Presidente da República, através do Decreto do Presidente da República nº 14-A/2020, de 18 de março, e que o aludido estado de emergência foi renovado a 2 de abril, através do Decreto do Presidente da República nº 17-A/2020, e a 17 de abril, através do Decreto do Presidente da República nº 20-A/2020;
- c) Foi declarada a situação de calamidade pública pela resolução do Conselho de Ministros nº 33-A/2020, de 30 de abril;
- d) O município da Amadora considera que as associações desportivas têm um papel preponderante na sociedade, pois contribuem para o desenvolvimento do desporto, do lazer e da ocupação dos tempos livres, o que assume especial relevo no que toca às camadas da população mais jovens e mais desfavorecidas;
- e) O **CLUBE DE NATAÇÃO DA AMADORA** é uma associação de direito privado, única com equipamentos aquáticos, que tem contribuído para o desenvolvimento da política desportiva do município da Amadora;
- f) Nos termos da alínea f) do nº 2 do artigo 23º, do Anexo I a que se refere o nº 2 do artigo 1º da lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, os municípios dispõem de atribuições nos domínios dos tempos livres e desporto;
- g) Nos termos das alíneas o) e u) do nº 1 do artigo 33º do diploma legal supra referido, compete à câmara municipal deliberar sobre a concessão de apoio financeiro, ou de qualquer outra natureza, a entidades e organismos legalmente existentes, designadamente com vista a apoiar atividades de natureza desportiva;
- h) A lei de bases da atividade física e do desporto, aprovada pela lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, determina que os apoios ou participações concedidas pelas autarquias, na área do desporto, têm de ser tituladas por contratos-programa de desenvolvimento desportivo;
- i) O decreto-lei nº 273/2009, de 1 de outubro, na sua redação atual, define o regime jurídico dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo.



Entre

O **MUNICÍPIO DA AMADORA**, com sede na Avenida Movimento das Forças Armadas, freguesia da Mina de Água, pessoa coletiva n.º 505 456 010, representado neste ato pela Presidente da respetiva Câmara Municipal, Carla Maria Nunes Tavares, com os poderes conferidos pela alínea f) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, adiante designado por primeiro outorgante;

E

CLUBE DE NATAÇÃO DA AMADORA, com sede na Avenida Dr. José Pontes, Freguesia das Águas Livres, pessoa coletiva n.º 501 353 453, neste ato representado pelo seu Presidente, Alcides Alberto Neves de Matos, com poderes para intervir no ato nos termos dos seus Estatutos, adiante também designada por Segundo Outorgante

É celebrado o presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo, ao abrigo dos artigos 46.º e 47.º da lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro e do decreto-lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro, na sua redação atual, o qual se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Objeto

Constitui objeto do presente contrato-programa a cooperação entre os dois outorgantes no sentido de apoiar a retoma das atividades desportivas por parte do segundo outorgante, nomeadamente o apoio nas despesas com vencimentos e manutenção durante o período de encerramento decorrente das limitações impostas pelo governo, semelhante ao apoio atribuído anteriormente a outras entidades no âmbito do Fundo de Emergência COVID-19.

Cláusula 2.ª

Apoio Financeiro

1. O primeiro outorgante presta uma comparticipação financeira ao segundo outorgante, para apoio à execução do programa desportivo, conforme previsto na cláusula 1.ª, no montante global de **55.000,00€** (cinquenta e cinco mil euros).
2. A comparticipação financeira descrita no número anterior destina-se, exclusivamente, a apoiar financeiramente a execução do objeto do presente contrato-programa.
3. A comparticipação financeira referida nos números anteriores será disponibilizada na totalidade e de única vez, e será transferida após a entrada em vigor do presente contrato-programa.
4. O segundo outorgante assume a responsabilidade pela integral aplicação do apoio atribuído ao objeto do contrato-programa.



5. A comparticipação atribuída através do presente contrato-programa não será proporcionalmente aumentada em função do custo real do respetivo programa, a não ser que haja concordância expressa por parte do primeiro outorgante.

Cláusula 3ª
Obrigações do primeiro outorgante

1 - O primeiro outorgante obriga-se a disponibilizar ao segundo outorgante o apoio financeiro previsto na cláusula 2ª.

2 - O primeiro outorgante encontra-se obrigado a verificar o exato desenvolvimento da atividade que justificou a celebração do presente contrato-programa, procedendo ao acompanhamento, fiscalização e controlo da sua execução, com a observância do disposto no artigo 19.º do decreto-lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula 4ª
Obrigações da segunda outorgante

São obrigações do segundo outorgante:

- a) Executar as atividades de acordo com o programa de desenvolvimento desportivo anexo ao presente contrato, de forma a alcançar os objetivos propostos no mesmo;
- b) Aplicar e administrar corretamente o apoio tendo em conta o objeto do presente contrato-programa;
- c) Atender, na sua atuação, aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;
- d) Designar um responsável pelo apuramento periódico da execução financeira e física das atividades;
- e) Cooperar com o primeiro outorgante, no acompanhamento e fiscalização do exato e pontual cumprimento do presente contrato-programa;
- f) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pelo primeiro outorgante, no âmbito do objeto do presente contrato-programa;
- g) Apresentar, até 30 dias após a sua conclusão, o relatório final sobre a execução do contrato-programa, com explicitação dos resultados alcançados e respetivos documentos justificativos das despesas;
- h) Publicitar as atividades objeto do presente contrato-programa, fazendo referência ao apoio pelo Município, através da menção expressa: "Com o apoio da Câmara Municipal da Amadora", obrigatoriamente acompanhada da marca AMADORA, em todos os suportes



gráficos de promoção ou divulgação das atividades, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação, nos termos do disposto no artigo 6º do Regulamento do Programa de Apoio ao Movimento Associativo;

i) Certificar as suas contas por revisor oficial de contas ou por sociedade revisora de contas, salvo se os apoios concedidos pelo primeiro outorgante, no ano económico, forem em valor inferior a 50 000,00€;

j) Requerer todas as licenças ou autorizações necessárias à execução do programa de desenvolvimento desportivo, junto das entidades competentes, sempre que as mesmas sejam obrigatórias;

k) Manter um registo detalhado e atualizado dos proveitos referentes aos apoios concedidos e aos respetivos custos associados, com menção expressa da sua proveniência e insusceptibilidade de penhora, apreensão judicial ou oneração, conforme modelo aprovado pelo primeiro outorgante.

Cláusula 5ª

Prazo de execução do programa

1. A execução do programa tem o seu início com a outorga e publicitação do presente contrato-programa e termina com a conclusão do programa descrito na cláusula 1ª, o que deverá suceder até 15 de janeiro de 2021.

2. O primeiro outorgante, com base em pedido devidamente fundamentado formulado pelo segundo outorgante, pode conceder prorrogações ao prazo estipulado no número anterior.

3. O presente contrato pode também considerar-se concluído se ocorrer facto superveniente que torne objetiva e definitivamente impossível a realização do programa, desde que a causa não seja imputável ao segundo outorgante, e exista a necessária validação por parte do primeiro outorgante.

Cláusula 6ª

Controlo e fiscalização da execução do contrato-programa

1. O controlo e fiscalização da execução do contrato-programa competem ao primeiro outorgante, assistindo-lhe o direito de mandatatar terceiros para os devidos efeitos.

2. No âmbito do controlo e fiscalização do cumprimento do contrato-programa, o primeiro outorgante pode realizar, para o efeito, inspeções inquéritos e sindicâncias, podendo igualmente determinar a realização de uma auditoria por entidade externa.

Cláusula 7ª

Revisão ao contrato-programa

O presente contrato-programa pode ser modificado ou revisto por livre acordo das partes em conformidade com o estabelecido no art.º 21.º do decreto-lei n.º 273/2009, de 1 de outubro,



na sua atual redação, podendo ainda ser revisto unilateralmente pelo primeiro outorgante, em caso de imposição legal ou ponderoso interesse público, após deliberação da câmara municipal da Amadora.

Cláusula 8ª
Mora

1. Caso se verifique um atraso na realização do programa de desenvolvimento desportivo, por parte do segundo outorgante, poderá o primeiro outorgante fixar um novo prazo ou um novo calendário para a execução, caso considere, que perante a situação em concreto tal se justifica.
2. Verificando-se novo atraso o primeiro outorgante tem o direito de resolver o contrato, ficando o segundo outorgante obrigado à restituição das quantias que já lhe tiverem sido disponibilizadas a título de comparticipação se o objeto do contrato ficar comprometido.

Cláusula 9ª
Incumprimento

1. Caso se verifique incumprimento culposo do contrato-programa de desenvolvimento desportivo por parte do segundo outorgante, e se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do programa, este fica obrigado a restituir ao primeiro outorgante todas as quantias já recebidas.
2. Em caso de incumprimento não culposo do contrato-programa de desenvolvimento desportivo, o primeiro outorgante dispõe do direito de reduzir proporcionalmente a sua comparticipação.
3. Se o segundo outorgante deixar de cumprir o contrato-programa de desenvolvimento desportivo de forma culposa, não poderá beneficiar de novas comparticipações financeiras enquanto não repuser as quantias a que se refere o nº 1.
4. A reposição de verbas poderá ser feita mediante retenção, por parte do primeiro outorgante, de verbas afetas a este ou outros programas de desenvolvimento desportivo celebrados entre o primeiro e o segundo outorgante.

Cláusula 10ª
Obrigações legais e fiscais

1. Com vista a atribuição de apoio financeiro, o segundo outorgante deve cumprir todas as obrigações legais e fiscais, designadamente regularização de dívidas ao Município da Amadora, à Segurança Social e Finanças.
2. Para efeito de verificação do cumprimento das obrigações fiscais para com as Finanças e Segurança Social, o segundo outorgante presta, desde já, consentimento expresso para a consulta da respetiva situação tributária e contributiva, por parte dos serviços do primeiro outorgante, nos termos previstos no nº 1 do artigo 4º do decreto-lei nº 114/2007, de 19 de



abril, na sua redação atual, sem prejuízo de poder optar pela entrega de declaração em papel, com idêntico teor.

Cláusula 11ª
Vigência do contrato-programa

Sem prejuízo de eventual revisão por acordo das partes contratantes, o período de vigência do presente contrato-programa tem início na data da sua publicação na página eletrônica do primeiro outorgante e finda na data determinada para o término da execução do programa, conforme previsto na cláusula 5ª.

Cláusula 12ª
Confidencialidade e Proteção de Dados

1. As partes obrigam-se a guardar sigilo sobre todas as informações a que venham a ter conhecimento ou acesso, seja de que forma for, em virtude do presente contrato-programa, não as podendo utilizar em seu próprio benefício, nem revelar, ceder, partilhar ou permitir a sua duplicação, uso ou divulgação, no todo ou em parte, por terceiros.
2. Com a celebração do presente contrato-programa as partes vinculam-se, recíproca e conjuntamente, a cumprir as disposições legais e regulamentares aplicáveis em matéria de proteção de dados.

Cláusula 13ª
Disposições finais

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente contrato-programa, aplicam-se, subsidiariamente, as disposições previstas no decreto-lei nº 273/2009, de 1 de outubro, na sua redação atual, e no regulamento do programa de apoio ao movimento associativo.

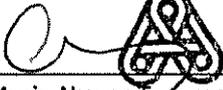


AMADORA
Câmara Municipal

E por ambas as partes estarem de acordo, vai o presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo ser assinado e rubricado, em duplicado, destinando-se um exemplar a cada um dos outorgantes.

Amadora, 21 de Dez de 2020.

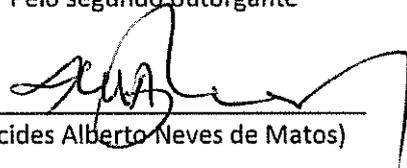
Pelo primeiro outorgante



(Carla Maria Nunes Lavares)

AMADORA
Câmara Municipal

Pelo segundo outorgante



(Alcides Alberto Neves de Matos)

